

A CONTRIBUIÇÃO DOS PRIMEIROS GRAMÁTICOS
PORTUGUESES NA FORMAÇÃO DO CÂNONE
GRAMATICAL MODERNO

Por **M. Kossárik**
Universidade Estatal de Moscovo, Faculdade de Letras

O interesse pelos problemas da história da cultura, história da ciência, que se renovou nos últimos anos, apresenta a tarefa de analisar a correlação da tradição e da inovação no processo de se formarem e desenvolverem ideias científicas. O estudo da história da linguística portuguesa desde este ponto de vista dá a possibilidade de apreciar o papel das primeiras descrições da língua portuguesa na história da linguística europeia. As gramáticas portuguesas renascentistas, que são objecto de estudo na pátria delas¹, continuam sendo pouco conhecidas na União Soviética. A importância das primeiras descrições de línguas vulgares, particularmente das primeiras gramáticas portuguesas, ainda não está estimada devidamente. Nas primeiras gramáticas de linguagens na maio-

¹ M. L. Carvalhão Buescu. Gramáticos portugueses do século XVI. Lisboa, 1978.

M. L. Carvalhão Buescu. Babel ou a ruptura do signo: A gramática e os gramáticos do século XVI. Lisboa, 1983.

M. L. Carvalhão Buescu. Historiogra da língua portuguesa. Século XVI. Lisboa, 1984.

ria dos casos vêm uma simples trasladação da tradição antiga para as novas línguas, considerando que nestas obras não se formavam novas ideias. Porém, a análise das primeiras descrições da língua portuguesa revela uma grande contribuição dos autores delas na criação de novos conceitos da apologia de linguagem, da fixação da sua norma, na formação de um novo ponto de vista a língua, histórico. Os filólogos portugueses da época do Renascimento conseguiram lançar novas ideias importantes para o desenvolvimento da linguística europeia.

O objectivo deste artigo é uma tentativa de analisar o papel das primeiras gramáticas da língua portuguesa na formação do cânone moderno da descrição gramatical.

Criadas quase simultaneamente, nos anos 1536 e 1540, as gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros² são muito diferentes, e esta é a causa de que as apreciações delas variam muito. É a gramática de Barros que se considera tradicionalmente a primeira gramática verdadeira da língua portuguesa. Porém, ambos os linguistas contribuem muito na formação de vários tipos de gramáticas.

Nas obras de Oliveira e Barros achamos uma grande diferença na compreensão dos fins e do objecto de descrição gramatical. Em grande parte esta diferença foi determinada pelos câmbios característicos para a época do Renascimento, quando se alargou o objecto da linguística graças à formação de línguas literárias nacionais. Além das gramáticas latinas surgem gramáticas de linguagens. Além disso, transforma-se a própria atitude à descrição gramatical, o que se explica pela modificação da noção do correcto na gramática. A linguística medieval, modista, estudava as leis universais da correcta oração, proposição. Na linguística renascentista a noção do correcto liga-se já não com a lógica, mas com a norma. Levanta-se o problema de fala correcta que se considera assim no caso de corresponder ao «bom costume», no caso de se usarem formas apreciadas como modelares por certa comunidade. A linguística renascentista passa da primazia da noção de correcção universal à consciência da importância das normas de línguas concretas, e isso põe em primeira plana a tarefa de fixar estas normas, a codificação das linguagens. A mudança dos fins e do objecto da descrição gramatical na tradição renascentista está ligada à apologia de línguas nacionais provocada pela nova situação sociolinguística que causa a luta de linguagens pelo estatuto de línguas literárias, isto é, pela plenitude do paradigma das

² F. de Oliveira. A gramática da linguagem portuguesa. Lisboa, 1975.

J. de Barros. Gramática da língua portuguesa. 1975.

Neste artigo não se citam as obras de Oliveira e Barros, pois os leitores portugueses conhecem bem estas gramáticas.

funções delas, o que apresenta a tarefa de fixar a sua norma. É preciso salientar que na gramática de Oliveira, que é a primeira experiência prática da fixação da norma portuguesa / a codificação nesta gramática resultou bem sucedida graças à orientação do seu autor ao uso real, achamos também o estudo de problemas teóricos de norma que antecipam ideias da ciência moderna.

Mas, prestando atenção às características de línguas concretas, fixando as suas normas, a linguística renascentista não se recusa da ideia da língua universal. Já a própria criação de gramáticas de linguagens a base de gramática latina pressupõe o reconhecimento da existência de categorias universais, comuns para várias línguas. A revelação do carácter gramatical das linguagens com o fim de provar a igualdade delas ao latim / a posição característica para vários filósofos da época do Renascimento e, entre outros, para Barros / testemunha a conservação na linguística renascentista da ideia da língua universal elaborada pela teoria medieval. Ao mesmo tempo, a direcção ao cânone gramatical antigo, que dava instrumento para a descrição das mais variadas línguas, desde as línguas europeias até as de indígenas da América, contribui muito para a formação das ideias da gramática geral e racial. Deste modo, a concepção linguística do Renascimento, apresentada em grande parte pelas assim chamadas «gramáticas traduzidas», não é resultado de um passo mecânico da teoria medieval à tradição antiga, mas representa uma síntese das ideias gramaticais da Idade Antiga e da Idade Média enriquecida pelo conceito de norma elaborado já pela filologia renascentista. A aplicação da nova doutrina a línguas de vários sistemas criou condições para a formação da teoria gramatical de Port-Royal. Se também lembrarmos que é na época do Renascimento que começa a ser formar um novo método de estudo da língua, histórico / achamos a primeira experiência da direcção aos problemas de origem e do desenvolvimento da língua nos tratados de Duarte Nunes de Leão³ /, podemos criar uma noção mais exacta sobre a importância da concepção renascentista para a história da linguística e sobre o lugar nela das primeiras descrições da língua portuguesa.

Como já foi exposto, para a filologia renascentista são características a apologia das linguagens e a codificação delas a base do cânone gramatical antigo. No entanto, gramáticas desta época diferem bastante, e esta diferença explica-se tanto por distintas posições dos seus autores na apologia de linguagem, como por distintos princípios da descrição gramatical. Apesar de terem Oliveira e Barros rasgos comuns na defesa de português / ambos os gramáticos revelam a importância da sua língua

³ D. Nunes de Leão. Ortografia e origem da língua portuguesa. Lisboa, 1983.

para a história do povo e do estado, argumentam o direito dela a exercer todas as funções características para a língua nacional literária, levantam o problema da descrição, do enriquecimento dela /, é possível notar uma sensível diferença dos primeiros gramáticos portugueses na atitude ao latim. Oliveira prova não só a igualdade de latim e português, mas às vezes até a superioridade deste. Latim continua sendo um modelo, mas só no que se refere à riqueza da língua. Na opinião de Oliveira é preciso imitar o respeito de romanos pela sua língua, mas não as formas e construções latinas. Como Oliveira não vê a necessidade de provar o carácter gramatical de português, o que considera evidente, ele não acha necessário comparar sistematicamente português e latim, trasladando para português as categorias de latim. Tudo isto determina a atitude de Oliveira ao cânone gramatical antigo — Oliveira não sempre segue este cânone. Barros, pelo contrário, nas formas e construções latinas vê um exemplo. O desejo de provar o carácter gramatical da sua língua leva-o à comparação sistemática de português e latim, à trasladação para português de algumas categorias da língua latina, à descrição de português em rigorosa conformidade com o cânone gramatical antigo.

De tal modo a diferença nas posições de apologia da língua portuguesa determinou a diferença na atitude ao cânone gramatical, e isto, a sua vez, condicionou a diferença do conteúdo das gramáticas. Oliveira antes de mais nada presta a sua atenção à descrição da fonologia, formação e variação de palavras, abordando também alguns problemas da selecção do léxico normativo. Como se vê, a atenção de Oliveira concentra-se nos fenómenos que em primeiro lugar estão sujeitos à codificação. É característico para Oliveira o interesse pela forma oral da existência da língua, à fala. Concentrando-se na fixação de variantes normativas, Oliveira recusa-se da descrição de partes de oração, tradicional para a gramática, da sua classificação, definição, análise de acidentes delas. Não toca a questões da sintaxe. Na gramática dele falta a parte dedicada a figuras. O conteúdo da gramática de Barros difere bastante da de Oliveira. Descrevendo a fonologia, Barros concentra-se nas questões gráficas. A maior atenção ele presta à descrição tradicional das partes de oração, aborda os problemas sintácticos / apesar de descrever a sintaxe em termos de morfologia, o que é característico para a época /. Barros inclui na gramática a parte dedicada a figuras. Desta maneira, as primeiras gramáticas portuguesas como que completam uma à outra, apresentando juntas descrições de vários níveis do sistema da língua portuguesa.

A diferença na compreensão dos fins da descrição gramatical / para Oliveira estes fins consistem na fixação do uso, costume, na selecção de variantes normais, para Barros, na exposição sistemática de todos os níveis da língua em correspondência com o cânone gramatical antigo

provando o carácter gramatical de português / determinou a diferença nos princípios desta descrição. Para Oliveira é característico o critério formal, para Barros o semântico-funcional. Oliveira acha na língua portuguesa só categorias que se exprimem formalmente, isto é, categorias formológicas. Por exemplo, considerando que o nome português tem género e número, já que tem flexões específicas, Oliveira não reconhece em português a existência de casos de nome, explicando-o pela falta de variação nominal em casos, pela falta de formas especiais. Oliveira interpreta o caso com a categoria morfológica do nome que se expressa por flexões e que existe em umas línguas / latim, grego / e falta e outras / em português /. Ao contrário, Barros reconhece a existência de caso em português, para Barros caso é uma categoria universal que em parte se exprime por meios sintácticos, por construções de preposição e de nome. A mesma atitude vemos na interpretação de categorias verbais. Oliveira reconhece só categorias do verbo português que tem expressão formal, categorias morfológicas: modo, tempo, número, pessoa. Quanto à voz, de facto, recusa desta categoria do verbo português, afirmando que o verbo português tem só uma voz, já que não tem formas opostas. Barros, estudando o problema da voz, baseia-se nos critérios sintácticos, no carácter do sujeito e predicado. Enquanto Oliveira, seguindo o critério formal, não distingue optativo e conjuntivo, Barros partindo do critério semântico-funcional, reconhece a existência de ambos os modos em português.

Desta maneira, as primeiras descrições da língua portuguesa testemunham o início do processo de se formarem diferentes princípios da descrição gramatical. Na gramática de Oliveira esboça-se o princípio formal que foi uma etapa necessária no desenvolvimento da teoria gramatical, levando à revelação de meios formais de expressão de significado gramatical. A atenção de Oliveira a estes meios formais deu-lhe a possibilidade de revelar muitos morfemas, que era um passo importantíssimo para o desenvolvimento da linguística. Na sua gramática Oliveira cita, indicando também a sua significação, uma série de morfemas que servem para a formação das palavras / prefixos, sufixos, raízes / e para a variação delas / flexões nominais e verbas /. Caracteriza também o aspecto inovador da sua gramática e separação por Oliveira dos problemas de formação e de variação de palavras. Ao contrário da tradição, Oliveira não inclui na descrição de partes de oração as questões de formação de palavras / o cânone antigo não os separava, apresentando espécie e figura como acidentes de parte de oração /. Oliveira aproxima-se à separação da morfologia a disciplina que estuda a formação de palavras, morfémica. É bem possível também que Oliveira distingue o nível formológico, ao qual presta atenção na sua gramática, e o nível sintáctico, que pretendia descrever numa outra obra dedicada à semântica e a funções de partes de

oração, que começou a escrever, segundo as suas inúmeras referências, mas não conseguiu terminar. Analisando a gramática de Oliveira, devemos indicar que nela se nota a tendência de separar a descrição de formação de palavras / morfémica /, variação de palavras / morfologia / e sintaxe. Mais uma particularidade da gramática de Oliveira está ligada com a sua atenção à linguagem falada, o que explica a descrição muito detalhada e fina da fonologia portuguesa. Notemos que Oliveira não só dá recomendações para a selecção de variantes normais na pronúncia e na escrita, mas também revela oposições sistemáticas no vocalismo e consonantismo português, trata de descrever articulações, revela processos fonéticos activos em português do século XVI, por exemplo, a crescente tendência a redução de vocais.

Os princípios da descrição da língua portuguesa na obra de Barros diferem bastante dos de Oliveira. Barros orienta-se à linguagem escrita, o que testemunha a sua atenção às questões gráficas. Analisando as questões da gramática propriamente dita, descrevendo as partes da oração, Barros baseia-se nos critérios semântico-funcionais. A aplicação do cânone gramatical antigo a língua portuguesa contribui à formação do conceito de categorias universais que servem de fundo para várias línguas.

Como podemos ver, vários princípios da descrição de língua determinaram a formação de vários tipos de gramáticas, representados na tradição portuguesa, já desde o início dela, pelas obras de Oliveira e Barros. A primazia da tarefa de fixar a norma portuguesa causa a atenção de Oliveira a fenómenos concretos da linguagem, aproximando a gramática dele ao tipo de gramáticas particulares, cujo assunto principal é a descrição de formas de uma língua concreta, de linguagem, o que contribui ao desenvolvimento do método gramático-formal, interesse pela fonologia, distinção dos problemas de morfémica, morfologia e sintaxe. Este tipo de gramática difere bastante do cânone antigo. Pelo contrário, para Barros é característica a atenção aos aspectos semântico-funcionais de gramática, ligada com a tarefa de achar em português as mesmas categorias que tem a língua latina. Barros fá-lo aplicando ao português o cânone gramatical antigo, o que contribui à revelação de categorias universais, aproxima a gramática de Barros ao tipo de gramática universais.

A análise das primeiras descrições da língua portuguesa mostra que elas estão à fonte do processo de formação de dois tipos de gramáticas: as de línguas concretas, isto é, gramáticas normativas, particulares, e gramáticas filosóficas, universais. Nisto se vê a contribuição dos primeiros linguístas portugueses, F. de Oliveira e J. de Barros, na formação do cânone gramatical moderno que se constituiu já na seguinte etapa da história da linguística, nos séculos XVII e XVIII.